

PAULO DUARTE: uma figura incômoda e esquecida

Marli Guimarães Hayashi

Doutoranda em História Social pela USP

No final de abril de 1969, havia boatos de que, a qualquer momento, seria divulgada uma grande lista de cassados. A notícia foi confirmada no dia 29, quando o governo anunciou o afastamento de 24 professores da Universidade de São Paulo. Com base no Ato Institucional nº 5, foram compulsoriamente aposentados, dentre outros, Isaías Raw, Caio Prado Júnior, Mário Schemberg, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Gianotti, Octávio Ianni e o então reitor, Hélio Lourenço de Oliveira.¹

Dessa lista também fazia parte o nome do fundador e diretor do Instituto de Pré-História, Paulo Duarte. Advogado e jornalista, Duarte trabalhou por muitos anos no jornal *O Estado de S. Paulo*, onde, no final da década de 40, chegou a ocupar o cargo de redator-chefe. Foi exilado por duas vezes, após participar da revolução constitucionalista de 1932 e durante o Estado Novo, quando passou a viver na França. Durante a permanência forçada em Paris, aproximou-se de Paul Rivet, diretor do *Musée de l'Homme*, com quem aprimorou seus estudos sobre pré-história. Paulo Duarte foi, juntamente com os professores Castro Faria, do Museu Nacional, e José Loureiro Fernandes, da Universidade do Paraná, um defensor da preservação de jazidas pré-históricas e introdutor desses estudos no Brasil.

1. A lista completa dos servidores aposentados: Alberto de Carvalho da Silva, Bento Prado Almeida Ferraz Júnior, Caio Prado Júnior, Elza Salvatori Berquó, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Hélio Lourenço de Oliveira, Isaías Raw, Jean Claude Bernadet, Jon Andoni Vergareche Maitrejean, José Arthur Gianotti, Júlio Puddles, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Luiz Rey, Mário Schemberg, Octávio Ianni, Paulo Mendes da Rocha, Olga Baeta Neves, Paula Beiguelman, Paulo Duarte, Paulo Israel Singer, Pedro Calil Padis, Reynaldo Chiaverini, Sebastião Baeta Henriques.

Por seu interesse pela pré-história, ele fundou em 1959, como entidade privada e autônoma, o Instituto de Pré-História e Etnologia, incorporado à Universidade de São Paulo no final de 1962. As divergências junto à reitoria começaram logo em seguida causadas por questões financeiras. Em junho de 1963, Paulo Duarte reclamava ao Conselho Universitário sobre as dificuldades financeiras vividas pelo Instituto de Pré-História. A verba destinada ao órgão, concedida em agosto, só foi liberada em outubro, quando o pessoal mínimo necessário para o funcionamento do Instituto pôde ser nomeado. Até então, o IPH teria sido mantido com o salário de Paulo Duarte, inclusive para o pagamento de um funcionário encarregado da limpeza.

Problemas econômicos não eram exclusividade do Instituto de Pré-História. Em meados dos anos 60, além do IPH, cinco institutos universitários foram criados na USP: o Instituto de Estudos Brasileiros, o Instituto de Biologia Marinha, o Instituto de Geografia e o Museu de Arte Contemporânea. Nas discussões sobre o orçamento da Universidade, em 1964, surgiram divergências entre o Conselho Universitário e os cinco recém-criados institutos a respeito de uma verba que seria destinada às faculdades e institutos, tendo por base o orçamento do ano anterior. Esse auxílio era decorrência de um excedente financeiro, por isso a Comissão Orçamentária decidiu reparti-lo proporcionalmente entre as faculdades, enquanto os institutos receberiam o mesmo valor de 1963.

Contudo, para os cinco novos institutos, que não tiveram orçamento em 1963, nada caberia. Insatisfeitos, reivindicaram mudanças e a Comissão decidiu conceder a cada um nove milhões de cruzeiros, valor insuficiente para as necessidades dos órgãos. Alegavam ter direito a 78 milhões de cruzeiros, mas os responsáveis pelo orçamento só se dispunham a conceder os 45 milhões. Os institutos recém-criados fizeram uma representação junto ao Conselho Universitário que, ofendido pela reclamação, decidiu aprovar o parecer da Comissão de Orçamento. Os novos institutos ameaçaram entrar na justiça e o reitor acabou mediando uma reunião entre estes e a Comissão. Houve um acordo, mas que não representou o fim dos problemas.²

No caso do Instituto de Pré-História, além dos desentendimentos financeiros, havia divergências entre Paulo Duarte e Luís Antônio Gama e

2. Cópia da cópia autenticada do Livro de Atas do Instituto de Pré-História, 2ª reunião ordinária do Conselho Científico do Instituto em 03 de dezembro de 1963.

Silva, reitor da USP. Após o golpe, Gama e Silva chefio, simultaneamente, os ministérios da Justiça e da Educação, até ser substituído, doze dias depois, por Milton Campos e Suplicy de Lacerda, respectivamente. Em junho de 1964, numa das sessões do Conselho Universitário, do qual Paulo Duarte fazia parte, um dos conselheiros propôs uma moção de reconhecimento da Universidade pelo brilho com que Gama e Silva havia comandado esses ministérios durante a fase revolucionária e pela reafirmação da confiança do Conselho em seu legítimo mandatário.³

O único voto contrário foi o de Paulo Duarte. Ele justificou sua posição, alegando não concordar com homenagens políticas, ainda mais num momento em que delegados demitiam, expulsavam e prendiam professores e alunos, além de depredarem instalações universitárias. Mas, ressaltou que não se oporia a uma homenagem pessoal ao professor Gama e Silva. Para enfatizar seu posicionamento, Duarte teria se encontrado com o reitor e aproveitou para mostrar-lhe que deveria caber a ele, Gama e Silva, a tarefa de defender a Universidade de uma possível intervenção. Nesse sentido, o diretor do Instituto de Pré-História propôs a organização de uma base de apoio ao reitor, formada pelo corpo docente e pelo discente. A idéia teria interessado o reitor. No entanto, vários fatores - desencontros, desinteresse súbito por parte do reitor, intrigas, mexericos - levaram não apenas ao malogro do “*movimento de solidariedade universitária*”⁴, mas também a um desentendimento entre Gama e Silva e Paulo Duarte, agravado por seus posicionamentos no Conselho Universitário e fora dele.

Menos de dois meses depois da queda de João Goulart, Paulo Duarte enviou uma carta a Júlio Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, revelando as arbitrariedades sofridas pela Universidade de São Paulo. A reitoria não apresentava resistência à repressão policial, sendo, na verdade, conivente. Buscava-se, sobretudo, intimidar professores, alunos e funcionários. A prisão do físico Mário Schemberg foi um desses casos. Alvo de suspeita de “planos subversivos”, o professor teve sua casa revirada, com depredação da biblioteca e de objetos de arte. Proibidos de visitá-lo, o reitor interino e o

3. Atas do Conselho Universitário – Livro 27 – 550a Sessão em 30 de junho de 1964, fl. 244-245.

4. Duarte, Paulo – *O Processo dos Rinocerontes: razões de defesa e outras razões* . . . São Paulo, 1967, p. 60-61.

diretor da Faculdade de Filosofia não protestaram, na opinião de Duarte, de maneira suficientemente enérgica. Essa falta de pulso teria contribuído, segundo o diretor do IPH, para a invasão policial na Faculdade de Filosofia, acarretando enormes prejuízos materiais, além da detenção de alunos e professores. A situação não visava à manutenção da ordem e à preservação do regime vencedor, mas à “*execução de denúncias dadas por inimigos sem envergadura, que se aproveitam dos momentos de confusão para vingar-se de agrados pessoais*”.⁵

O protesto de Paulo Duarte enviado a Mesquita Filho já denunciava a implantação do terrorismo cultural na Universidade de São Paulo. Pouco tempo depois, o reitor Gama e Silva nomeou uma comissão formada por três professores para investigar atividades subversivas na USP. Essa comissão de expurgo arrolou 52 pessoas, sendo 44 professores, como candidatos à suspensão dos direitos políticos por concluir “serem realmente impressionantes as infiltrações das idéias marxistas nos vários setores universitários, cumprindo sejam afastados daí os seus doutrinadores e os agentes dos processos subversivos”.⁶

Sabia-se que os trabalhos de investigação da comissão contaram com a ajuda de testemunhas coniventes com o processo de espúrio. Essa situação chegou a ser denunciada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em 26 de julho de 1964, num artigo intitulado “Dedo duro na USP”. O texto afirmava haver indícios de que dentro da USP a política do “dedo duro” visava atingir alguns elementos mais brilhantes da instituição que buscavam a cátedra. Nos concursos a suposta ideologia dos candidatos era veiculada clandestinamente, na tentativa de assegurar em certas cadeiras o predomínio de alguns feudos. Numa atitude totalmente oposta a dos docentes da USP, os professores da Universidade de Minas Gerais reagiram à nomeação de um interventor militar, obrigando o presidente Castelo Branco a determinar a restituição da corporação científica e docente aos seus responsáveis. Na Universidade de São Paulo, lembrava o jornal, nada parecido aconteceu. Para Paulo Duarte, as prisões de universitários eram uma prova do terror cultural existente, no entanto, ressaltou

5. ADUSP, *O Livro Negro da USP: o controle ideológico da Universidade*. São Paulo: Adusp, 1978, p. 12-14.

6. *Ibidem* p. 16.

que o DOPS, exceto nas depredações da Faculdade de Filosofia, agia com certa moderação. E a respeito dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) declarou:

“Onde houve autoridade moral não houve IPM. Os culpados são aqueles que não tiveram suficiente autoridade moral para evitar os IPMs. Em segundo lugar, não posso manifestar-me contra os Inquéritos Policiais Militares, porque os militares, pelo menos em São Paulo, têm procedido com alta dignidade”.⁷

O caso do professor Isaías Raw era um exemplo do que afirmava Duarte. Professor da Faculdade de Medicina, Raw permaneceu mais de uma semana preso, acusado de ser comunista. O coronel Ênio Pinheiro, responsável pela detenção, declarou a alguns docentes que o fato se dera a pedido de “altas autoridades” da Universidade. O confinamento de Isaías Raw fora motivado por um concurso de Química Biológica, do qual era candidato temido. O plano inicial era mantê-lo preso por cinquenta dias, quando, ao final de trinta seria demitido por abandono do cargo. No seu lugar seria nomeada uma protegida de um poderoso grupo da Faculdade de Medicina e o concurso suspenso definitivamente.⁸

A Faculdade protagonizou outros casos semelhantes ao do professor Raw. Os nomes de docentes da instituição presentes na lista elaborada pela comissão de expurgo da USP teriam sido aprovados por maioria pela Congregação, que impôs a expulsão desses professores ao então governador Adhemar de Barros. Oficialmente, a demissão atendia aos inquéritos militares, mas o próprio chefe das investigações desmentiu essa versão, declarando que nada havia sido apurado contra os demitidos. Segundo Paulo Duarte, as demissões ocorreram por “causas misteriosas da política estadual”⁹.

Certa ocasião, o professor da Faculdade de Direito e membro do Conselho Universitário, Alfredo Buzaid, leu uma moção refutando notícias de que o clima de terrorismo cultural estivesse prejudicando o estudo e a pesquisa em São Paulo. Para o advogado, caso houvesse desrespeito à liberdade de cátedra

7. *Última Hora*, 23 de setembro de 1964.

8. Arquivo Paulo Duarte - Unicamp - USP: atos políticos contra professores - Pasta 359: carta a Lili (28/12/1964).

9. Arquivo Paulo Duarte - Unicamp - Produção Intelectual - Pasta 19: sua vida após 1964 (memórias).

ou aos valores da pessoa humana, o Conselho Universitário prontamente reagiria. Observou, porém, que sanções poderiam ocorrer se, a pretexto da defesa da liberdade, se reimplantasse nas universidades brasileiras uma situação de anarquia e de subversão de valores superada com sucesso pela “revolução de março”. Buzaid considerou injustas as críticas feitas contra as investigações ocorridas na Universidade de São Paulo pelas autoridades federais, com o intuito de apurar desrespeitos às leis vigentes. Ao final, elogiou Gama e Silva por sua atitude digna, serena e patriótica na direção da Universidade, assegurando a plena liberdade de cátedra.

Muitos conselheiros assinaram o documento, ao contrário de Paulo Duarte que declarou discordar de alguns termos como a negação da existência de um clima de inquietação. Citou como exemplos a prisão de Isafas Raw, a invasão do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a designação de uma comissão de sindicância formada por professores, a intromissão de elementos do DOPS no Museu de Arte Contemporânea, dentre outros fatos. Por isso, considerava haver na USP terrorismo cultural.¹⁰

Esse posicionamento levou o reitor a perseguir Paulo Duarte. Num primeiro momento, verificou se era possível sua demissão *“ad nutum”*, uma vez que ele ocupava o cargo de diretor do IPH havia menos de dois anos. Sem essa chance, pois Duarte também exercera a função de diretor do Museu Paulista, o que garantia sua estabilidade, Gama e Silva procurou dificultar o prosseguimento das atividades do Instituto. Em sua previsão orçamentária de 1964, o órgão registrou a necessidade da contratação de professores, inclusive um estrangeiro, para o início do curso de pós-graduação a partir de março daquele ano. O francês Claude Masset deveria ser contratado na categoria de professor catedrático, com tempo integral, mas o reitor, com a conivência do Conselho Universitário, atrasou os trâmites burocráticos, e o processo para a admissão do professor estrangeiro só passou para a fase final em outubro de 1965. Nesse meio tempo, Masset desistiu de vir lecionar no Brasil devido à demora para sua contratação.

Para a contratação do professor Aziz Ab’Saber, responsável pelo curso de *Introdução ao Quaternário*, também houve atrasos. Como o Instituto de Pré-História não pôde instalar o curso de pós-graduação, optou-se por um curso de extensão em princípios de 1964, que contou com a participação desse professor do Departamento de Geografia. O curso foi encerrado em outubro de mesmo ano,

10. Atas do Conselho Universitário – Livro 28 – 552a Sessão em 21 de setembro de 1964, fl. 39-45.

porém Ab'Saber só recebeu seus honorários em 1966, após muita insistência e, somente até julho. Com alegações inusuais, a Universidade vinha negando o pagamento dos três últimos meses do curso. A contratação do próprio Paulo Duarte para lecionar *Pré-História Americana* também ficou engavetada. O pedido foi encaminhado em 26 de novembro de 1964 e, sete meses depois, no dia 05 de junho do ano seguinte, o reitor abriu a solicitação para registrar que - “*tendo o Egrégio Conselho Universitário determinado abertura de processo contra o interessado, deve o presente aguardar solução daquele processo*”.¹¹

O processo a que se referiu o reitor foi motivado por uma entrevista concedida por Paulo Duarte ao jornal *A Gazeta*, em 11 de maio de 1965.¹² Nela, ele denunciou os problemas da instituição, dentre os quais, a existência da cátedra vitalícia e o terrorismo cultural. Sobre a primeira questão, afirmou:

“De um modo geral, o que se via era o candidato à cátedra fazer pequeno esforço inicial para sua conquista num concurso (muitas vezes, uma ação entre amigos), para, uma vez conquistada, nela encarapitar-se para o resto da vida, usando dela, não para servir a universidade, mas para servir a sua própria carreira pessoal, o seu consultório ou o seu escritório ou, ainda, à sua própria vida pública, enquanto que, moços capazes e cultos ficavam anos e anos marcando passo, sem a menor oportunidade para completar o seu ciclo universitário”¹³.

A abolição da cátedra vitalícia seria, segundo Duarte, um dos “objetivos principais” do golpe de 1964, posteriormente abandonado¹⁴. Quem a defendia eram os velhos rinocerontes, que dominavam o Conselho Universitário, desatualizando e mumificando a Universidade. Seriam eles também os responsáveis por diferenciar faculdades e institutos universitários, que num pensamento retrógrado, consideram as primeiras entidades superiores e as segundas, inferiores.

11. Duarte, Paulo – op. cit., p. 62-67.

12. A entrevista feita pelo repórter Guido Fidélis recebeu o título de “Realidade Universitária - Professor denuncia: terrorismo cultural e cátedra vitalícia impedem desenvolvimento da USP” In: *A Gazeta*, 11 de maio de 1965. APUD Duarte, Paulo, op. cit., p. 143-147.

13. Ibidem.

14. Arquivo Paulo Duarte – Unicamp – Produção Intelectual – Pasta 19: sua vida após 1964 (memórias).

O termo “rinoceronte”, utilizado por Paulo Duarte para definir os professores que defendiam a cátedra vitalícia, podia ser tomada, segundo o autor, em vários sentidos. Um deles era o fato de este animal ser míope. Contudo, seu uso foi ampliado com a peça *Le Rhinocéros*, do dramaturgo Eugène Ionesco. Nessa obra Ionesco fez uma sátira àqueles que, na II guerra, não reagiram durante a ocupação alemã na França, optando por adaptar-se à nova situação, ao invés de abrir mão de uma vida confortável e tranqüila, garantida pelos invasores aos que não resistissem, nem criassem problemas. Ou seja:

“(. . .) não se trata de nenhuma injúria, mas apenas uma crítica a um estado de espírito que pode desagradar a alguns, mas satisfazer a muitos e, de qualquer forma, não pode ser tomada em sentido pejorativo grave ou grosseiro de injúria ou difamação, muito menos de calúnia ou sequer de censura ou crítica”¹⁵.

A respeito do terrorismo cultural, o diretor do IPH foi igualmente implacável em suas palavras:

“(. . .) O golpe de março-abril substituiu alguns dirigentes corruptos por alguns dirigentes formalmente honestos, mas a corrupção continuou e as punições recaíram apenas sobre alguns corruptos que não tiveram tempo de aderir. Nesse ambiente precário, social e político, se os corruptos dele souberam aproveitar-se, também se aproveitaram os medíocres que cada vez mais iam perdendo as suas oportunidades entre nós, graças à Universidade. Esta, a causa direta do terrorismo cultural que se levantou mesmo à revelia dos altos círculos diretores da nova situação. Para se apossarem dos cargos e da universidade os medíocres assanharam o seu atrevimento e as suas ambições contra os verdadeiros universitários. O pior é que os mais sanhudos agressores da universidade, os mais elevados expoentes do terrorismo cultural foram aqueles professores que pela falta de alicerces morais e intelectuais temiam pelas suas cátedras e pelas suas posições. Eles foram constituir as comissões de inquérito que apontaram mais de cinquenta universitários, professores e alunos, que deviam ser expulsos e terem seus direitos políticos cassados. Isso, pelo crime de serem lúcidos e de quererem pensar sem dar satisfação à política. Felizmente - os militares que depois tomaram conta dos processos, mostraram possuir mais respeito pela universidade do que aqueles universitários,

15. Duarte, Paulo – op. cit., p. 36-37.

porque dos mais de cinquenta indicados para servir de combustível às fogueiras da inquisição, os militares só puderam definir um ou dois nomes como passíveis de um processo de subversão; de corrupção não foram encontrados traços dentro da USP e, isto, porque não se investigou este aspecto. Seria perigoso para os próprios inquisidores”¹⁶.

A contundente entrevista do diretor do Instituto de Pré-História ao jornal *A Gazeta* agravou seu já problemático relacionamento com a USP. Alguns dias depois, a Faculdade de Direito, por iniciativa do professor Alfredo Buzaid, apresentou uma moção no Conselho Universitário propondo a abertura de um inquérito contra Paulo Duarte, a fim de apurar as injúrias, calúnias e difamações citadas. A proposta foi aceita¹⁷ e o diretor do IPH afirmou que a ojeriza contra sua pessoa era o resultado da atitude tomada em face aos grandes problemas universitários:

1º) apoiava os estudantes perseguidos dentro das faculdades, sob pretexto de subversão e convulsão. Tudo não passaria de vingança de professores porque estes mesmos alunos, antes de abril de 1964, os desacataram;

2º) era contrário a cátedra vitalícia;

3º) contribuiu na revogação do artigo 125 dos Estatutos que, contra a LDB, determinava o jubramento de estudantes reprovados mais de uma vez, numa cadeira ou disciplina;

4º) apoiou a greve dos estudantes do conjunto residencial contra o aumento do preço das refeições do restaurante oficial e pela falta de assistência aos mesmos na Cidade Universitária;

5º) defendia intransigentemente os Institutos, tidos por alguns professores como indesejáveis, não admitindo legítima representação dos mesmos no Conselho Universitário¹⁸.

A respeito de sua entrevista, ele afirmou:

“(. . .) Não há citação de nomes, há uma crítica veemente, mesmo por suas imagens literárias, sim, mas uma crítica construtiva porque o que se critica é a

16. *A Gazeta*, 11 de maio de 1965.

17. Dos 31 membros do Conselho Universitário, apenas 2 votaram contra o processo. Moção da Faculdade de Direito, apresentada ao Conselho Universitário, em 25 de maio de 1965. In: Duarte, Paulo - op. cit., p. 149-150.

18. *Ibidem*, p. 31-32.

ação dos que atentam contra a integridade e a dignidade universitárias, para a defesa de privilégios que não podem ser mais tolerados pela Universidade moderna.

Além do mais, as referências não são à autoridade superior, mas a iguais, professores, diretores de Faculdades, membros do Conselho Universitário, dos quais os atingidos são apenas aqueles, indistintamente, que não cumprem o seu dever de universitários e parecem não ter noção da sua responsabilidade como formadores e guias que deviam ser da juventude e das gerações novas”.¹⁹

Apenas dois meses depois de aberto o processo no Conselho, houve uma alteração na natureza do caso. O diretor do IPH não seria mais acusado de injúria, calúnia e difamação. O processo passava a ser administrativo, com base no Artigo 602, item I, do Código dos Servidores Civis, que impedia o funcionário público censurar pela imprensa ou qualquer outro meio as autoridades constituídas ou criticar atos da administração²⁰. A mudança, na opinião de Paulo Duarte, ocorreu devido à forma pela qual a moção foi feita. O documento citou frases da entrevista fora do contexto, o que descaracterizaria as acusações iniciais. O Código dos Servidores Civis se enquadrava na decisão autoritária do Conselho Universitário, pois, como lembrou Duarte, tal texto teve sua origem num decreto-lei do Estado Novo. A Lei de Imprensa, originariamente prevista para o processo, havia sido elaborada “à luz de uma Constituição feita para um regime onde os ditames da dignidade humana são tanto quanto possível vigiados e amparados”²¹.

A favor do réu depuseram os professores Paulo de Camargo e Almeida e Sérgio Mascarenhas de Oliveira, da Escola de Engenharia de São Carlos; Lucas Nogueira Garcez, da Escola Politécnica; Alípio Côrrea Neto, da Faculdade de Medicina; Aroldo Edgar de Azevedo, do Instituto de Geografia; Erasmo Garcia Mendes, Aziz Ab'Saber, Paulo Sawaya, Reynaldo Saldanha da Gama e Florestan Fernandes, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Gabriel Teixeira de Carvalho, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia e o aluno do curso de Física, Jeová Assis Gomes. Os depoentes foram unânimes ao declarar que não sentiram-se atingidos nem consideraram ter havido censura ou crítica

19. *Ibidem*, p. 29.

20. *Ibidem*, p. 18.

21. *Ibidem*, p. 18-26.

mais pesada nas palavras do diretor do IPH. Paulo Duarte também recebeu o apoio e a solidariedade de professores estrangeiros como Jean Piveteau, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Pierre Mombeig, Pierre Champion e A. Laming-Emperaire²².

A comissão processante apresentou como corpo de delito a entrevista, na qual Paulo Duarte chamou reitores de “incompetentes” e professores de “rinocerontes”, criticou o atraso e o descuido na construção da Cidade Universitária; apontou a existência de lutas e dissensões entre os Institutos e Faculdades da USP, bem como de terrorismo cultural, e afirmou que os concursos eram uma “ação entre amigos”. O diretor do IPH, além de ter infringido o artigo 602-I do Código dos Servidores Cíveis, foi acusado de ter feito observações genéricas, sem citar nomes e de não comprovar a denúncia de que a Universidade lhe devia honorários.

A entrevista dada por Paulo Duarte mostrou que a intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político. Assim, a passagem do implícito ao explícito, da impressão subjetiva à expressão objetiva, à manifestação pública num discurso ou num ato público constitui por si um ato de instituição e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação²³. Na condição de diretor de um instituto de pesquisa e membro do Conselho Universitário, as declarações de Duarte tornaram públicas as divergências e os problemas internos da USP.

Encarregado de sua própria defesa, o diretor do Instituto de Pré-História apontou um fato curioso no processo. Após aprovada, a moção da Faculdade de Direito foi remetida ao gabinete do reitor para a abertura do inquérito no dia 05 de julho de 1965. O então reitor, Luís Antônio Gama e Silva, teria guardado o documento. Dias depois, tanto ele quanto o vice, Mário Guimarães Ferri, adoeceram, assumindo o posto Tarcísio Damy de Sousa Santos, diretor da Escola Politécnica. No dia 23 de julho, Damy pediu a abertura do inquérito, sendo iniciado no dia 09 do mês seguinte. O que chamou a atenção de Duarte foi a convocação do diretor da Escola Politécnica na condição de testemunha. Como responsável pelo início do processo, ele não poderia depor, além do mais, sua presença nos autos configurava o caráter pessoal do inquérito.

22. *Ibidem*, p. 128-129.

23. Bourdieu, Pierre - *O Poder Simbólico*. Lisboa/São Paulo: Difel/Bertrand do Brasil, 1989, p. 165-166.

Havia uma inimizade entre Paulo Duarte e Tarcísio Damy, que seria, segundo o jornalista, tradutor subserviente do pensamento de Gama e Silva, sendo apelidado de “boneco de ventríloquo”.

A “protérvia vituperativa”²⁴ de Paulo Duarte não foi suficiente para expulsá-lo da Universidade, ao menos naquele momento. O diretor do IPH acabou sendo absolvido nesse processo administrativo, mas, em 1969, junto com outros professores, ele deixou a USP compulsoriamente. Para o sociólogo Florestan Fernandes, naquele período ocorreram dois movimentos simultâneos: um localizava-se nas escolas superiores e na universidade; o outro concentrava-se no centro da sociedade brasileira. Ambos estariam interligados devido ao “desenvolvimento capitalista da cidade de São Paulo, dos fermentos lançados pela crueza e magnitude das lutas operárias nesta cidade e do engolfamento das elites e antielites nos conflitos culturais e políticos desencadeados por tais lutas”²⁵. No caso da USP a polarização foi extrema porque as divisões internas que envolveram professores, funcionários e alunos eram fruto das lutas de classe. Esse grupo, de características mais ou menos conservadoras, aderiu ao golpe de 64 e levou para a Universidade a ditadura implantada na sociedade global. Isto mostra que o movimento não era “exterior”: a universidade não se “rendeu à ditadura”. Ainda de acordo com o sociólogo:

“Já no segundo ano da década de 60, os conspiradores civis e militares vasculharam seus pontos de apoio e deram um balanço nas forças vivas da reação existentes na USP. Houve uma mobilização prévia, e os que se distinguiram na fase acesa da rebelião pela conquista do poder governamental foram contemplados com vários cargos públicos, de ministros para baixo. A primeira lista de expurgo de professores e o primeiro projeto de como sufocar a sedição imperante na USP foram traçados nessa fase, numa colaboração íntima de professores com oficiais de serviço de segurança e com policiais do DOPS”²⁶.

24. Expressão utilizada na Moção da Faculdade de Direito.

25. Fernandes, Florestan - *A Questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 48-49.

26. *Ibidem*, p. 49-50. A respeito de professores que colaboraram com o regime militar podemos citar como exemplos: Luís Antônio Gama e Silva, ex-ministro da Justiça e da Educação; Alfredo Buzaid, também da Justiça; Hugo Leme, da Escola de Piracicaba, ministro da Agricultura; Miguel Reale e Ernesto Leme, que tornaram-se secretários da Justiça, bem como Ataliba Nogueira, secretário da Educação.

O papel desempenhado por Paulo Duarte como denunciante dos problemas da instituição, seja no próprio Conselho ou através da imprensa, foi decisivo para sua expulsão, pois ele se tornara a “figura mais incômoda de toda a USP”²⁷. Isso contribuiu para que seu nome fosse esquecido não só da história, mas da memória da Universidade. A saída compulsória do diretor do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo serviu para mascarar desentendimentos internos da USP, eliminando as causas. Os rinocerontes mostraram sua força, contemporizando as palavras de Armando de Salles Oliveira:

“(. . .) Por toda parte uma dupla pressão de políticos e de intelectuais procura arrastar as universidades para o tumulto partidário: dos políticos, quando querem submetê-las, como instrumentos eficazes, aos interesses dos extremismos da esquerda ou da direita, e dos intelectuais quando, professores, em vez de servir a ciência, servem-se nas suas cátedras da ciência para fins políticos”²⁸.

• • •

27. ADUSP, op. cit., p. 30.

28. Oliveira, Armando de Salles - *Para que o Brasil continue*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937, p. 73.

BIBLIOGRAFIA

ADUSP, *O Livro Negro da USP: o controle ideológico da Universidade*. São Paulo: Adusp, 1978.

BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP. Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira I*. São Paulo, n. 44, dezembro-fevereiro 1999-2000, p. 32-51.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa/São Paulo: Difel/Bertrand do Brasil, 1989.

DE BLASIS, P. e PIEDADE, S. C. As pesquisas do Instituto de Pré-História e seu acervo: balanço preliminar e bibliografia comentada. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, n. 1, 1991, p. 165-187.

DUARTE, P. *O Processo dos Rinocerontes: razões de defesa e outras razões . . .* São Paulo: 1967.

FERNANDES, F. *A Questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FUNARI, P. P. A. - Paulo Duarte e o Instituto de Pré-História: documentos inéditos. *Idéias*. Campinas, I (1): 19-28, 1988.

OLIVEIRA, A. de S. *Para que o Brasil continue*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937.

OLIVEIRA, H. L. de . *USP: 1968-1969*. São Paulo: Edusp, 1995.